



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Comunicação Institucional

A ferramenta de integração, divulgação
e transparência da Administração
da Justiça Federal de São Paulo

NESTA EDIÇÃO

LEILÃO JUDICIAL - CASO ABADIA

LOGÍSTICA NA JUSTIÇA FEDERAL DE SP

DESAFIOS DOS JUIZADOS NO INTERIOR

BIBLIOTECA DE LAZER

Administração, o suporte da prestação jurisdicional

Não é tarefa das mais fáceis atender as demandas e atender a contento todos os anseios dos administrados, seja pelas dificuldades orçamentárias, pois os recursos ficam sempre aquém das necessidades, seja pela necessidade constante de observância dos princípios basilares que devem nortear essa atuação, bem como pela grande diversidade de demandas diárias que surgem a cada momento.



Exige-se cada vez mais atos administrativos com resultados concretos e positivos para o órgão, de modo a demonstrar a efetividade do atendimento ao fim da administração que, no caso da Justiça é como todos sabem propiciar os meios necessários à atuação da área fim com agilidade, qualidade e eficácia. Nessa linha é que a administração da Justiça tem norteado suas ações para a melhoria constante das condições de trabalho dos magistrados e servidores.

Além de se buscar a melhoria das instalações físicas com adaptações e reformas, aquisição de mobiliários ergonômicos, equipamentos de ponta, etc, é primordial a inserção de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

Nos dias atuais pode-se afirmar que o foco da Administração é o ser humano. Isso porque além da busca de novos métodos visando a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, como por exemplo, com a diminuição do tempo de trâmite dos processos judiciais, estão sendo disponibilizados a magistrados e servidores de todos os níveis diversos eventos na área de relacionamento humano propiciando novos conhecimentos e o aperfeiçoamento das relações em equipe e na vida pessoal.

Essa busca já existia na Seção Judiciária de São Paulo que desde meados de 1995 por intermédio da área de capacitação, do antigo Núcleo de Recursos Humanos, promoveu diversos cursos para Diretores de Secretaria, tais como: Solução de Conflitos, Relacionamento Interpessoal, dentre outros. Era, no entanto, um trabalho árduo seja pela falta de estrutura, pois a responsável pela área além de contar com poucos servidores tinha sob sua responsabilidade outras atividades, seja pelo pouco apoio institucional e insuficiência de recursos orçamentários.

Em 2002/2003 essa área conseguiu o apoio e recursos necessários para realização do primeiro Programa de Desenvolvimento Gerencial e, após um curto período, retomou o Programa em 2005 com força total, pois ampliou o Programa criando a partir de então ações que envolveram não só gerentes como servidores de todos os cargos no Programa de Desenvolvimento do Servidor e realizando-se o primeiro Programa de Desenvolvimento Gerencial para Magistrados.

Tudo isso só foi possível pelo apoio irrestrito da Diretoria do Foro que resolveu investir de vez no material humano, com uma política de capacitação voltada para a busca de melhorias nos relacionamentos interpessoais, fornecendo aos gestores mecanismos que até então eram desconhecidos quase que pela totalidade dos Diretores que ao assumirem o cargo detêm um vasto conhecimento técnico-jurídico, mas se deparam com questões diárias de conflitos inerentes ao ser humano sem as ferramentas necessárias para geri-los.

Recentemente, com o Plano Nacional de Capacitação — PNC para servidores e do Plano Nacional de Aperfeiçoamento — PNA para magistrados, elaborado com a participação de servidores de todas as Regiões, incluindo servidores da Seção Judiciária de São Paulo, a Justiça definitivamente consagrou a institucionalização dessas e de outras ações, dando-lhes a importância necessária para uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva, sem prejuízo da qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores.

Uma Política de Recursos Humanos institucionalizada e voltada para a melhoria das relações interpessoais resultará com certeza em uma diminuição dos níveis de stress e doenças a ele relacionadas, bem como em uma motivação maior de todos para o exercício das atividades diárias, pois apesar de não ser possível aos gerentes motivar sua equipe é seu papel criar ambiente favorável para que isso ocorra.

É também fundamental que cada um exerça o seu papel diário na formação de um ambiente de trabalho saudável, motivo pelo qual as ações de capacitação estão planejadas para atingir toda a Instituição, inclusive com eventos que não dependerão de recursos orçamentários, como é o caso do curso de Coaching que está sendo ministrado por servidores treinados para atuarem como instrutores, tornando-se esse o primeiro programa permanente. No primeiro ano de existência (2007) atingiu uma grande parcela dos servidores com turmas lotadas e concorridíssimas e a partir deste ano atingirá ainda mais servidores, pois uma das instrutoras irá a todas as Subseções que queiram recebê-lo.

Outra inovação como a Biblilazer, Biblioteca de Lazer, mostra a preocupação da Administração em melhorar a qualidade de vida do magistrado e servidor, ao lhes propiciar um espaço diferenciado com possibilidade de acesso a obras diversificadas das usualmente existentes voltadas totalmente para as atividades jurídicas e/ou administrativas diárias.

Visa ao mesmo tempo incentivar o exercício do papel social por todos que ao invés de manterem livros em suas estantes sem qualquer utilidade têm um espaço para doá-lo e possibilitar sua leitura por outras pessoas sem qualquer custo.

Muito há ainda por fazer e a Administração sofre golpes constantes em seu planejamento, tal como ocorreu com Plano Plurianual de 2008/2011 que, elaborado em 2006 possuía em seu bojo a previsão de construção e aquisição de prédios para abrigar quase todos os Fóruns que hoje estão instalados em prédios locados e que não atendem as necessidades, mas que devido ao teto orçamentário estabelecido em 2007, que implicou em um corte de cerca de 70% em investimentos, foi seriamente comprometido tendo a Administração que remanejar muitas obras e aquisições para após 2011.

No entanto, existe hoje uma atuação conjunta da Diretoria do Foro e Presidência do Tribunal para obter o máximo necessário para que a Justiça Federal da 3ª Região possa, no mais curto espaço de tempo possível sanear mais esse ponto, tão crucial para o bom andamento das atividades e bem estar de todos os administrados e público em geral.

Há que se destacar, ainda, a importância da atuação dos Juízes Federais Diretores de Subseção, Coordenadores e Presidentes de Juizado que, em conjunto com seus Supervisores Administrativos ou Diretores de Secretaria que, diga-se de passagem, acumulam mais essa atividade, e demais servidores buscam com maestria solucionar os problemas diários que surgem nos Fóruns, relacionados à estrutura física dos prédios, ao abastecimento dos almoxarifados locais, dentre outras atividades, propiciando assim o regular funcionamento diário das Varas.

Tudo isso, somado a revisão de procedimentos e papéis que vem ocorrendo nesta Administração Central nos últimos anos, reverterá em prol de uma Justiça melhor para todos e a atuação e participação de cada um dos magistrados e servidores nesse processo é de fundamental importância para atingir-se a excelência nos serviços prestados e nas relações diárias.

Rosinei Silva - Diretora da Secretaria Administrativa

ÍNDICE

Aconteceu.....	03
Casos Federais: Alienação antecipada de bens.....	04
Transporte: Logística na Justiça Federal.....	05
Administração Pública: Comunicação institucional.....	06
Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração de subseção exclusiva de JEF no interior.....	08
Biblilazer: Renovado o prazer da leitura.....	10
Entretenimento e Cultura.....	11
Canal Aberto: “O que realmente importa”	11

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Érica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.



Coordenador-Geral da Justiça Federal lança planos de capacitação em São Paulo – Com transmissão ao vivo por videoconferência para outros dez fóruns de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o coordenador-geral da Justiça Federal, ministro Gilson Dipp, fez o lançamento oficial do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais (PNA) e do Plano Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal (PNC), no dia 12/3, em São Paulo. Na ocasião foi apresentado um esquete teatral da companhia “Toque de Areia”, com uma bem humorada representação da palestra em forma de teatro.



TV Justiça inaugura sinal digital em São Paulo* – Em um de seus últimos atos como presidente do Supremo Tribunal Federal, a ministra Ellen Gracie, juntamente com a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal Marli Ferreira, inauguraram no dia 18/4 a transmissão da TV Justiça em sinal digital aberto para a cidade de São Paulo. A solenidade foi realizada no hall nobre do edifício-sede do TRF3, na avenida Paulista.



JF/SP realiza leilão judicial unificado – A Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo realizou, no dia 1º de abril, o primeiro leilão via Central de Hastas Públicas no Fórum das Execuções Fiscais em São Paulo, criada para aumentar a divulgação dos leilões judiciais, além de intensificar as arrematações dos bens penhorados em processos criminais.



Palestra aborda controle externo e auditoria preventiva – Diretores e supervisores das áreas administrativas das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram-se no auditório do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no dia 13/3, para assistir a palestra “Função e objetivo do Controle Externo junto aos órgãos públicos e Auditoria Preventiva como condição de eficácia das ações de controle”, promovida pelo Secretário de Controle Externo do Estado de São Paulo (TCU).

Eliminação de Autos* – Foi cumprido no dia 6/5 o primeiro edital de eliminação de processos findos da Justiça Federal. Foram triturados 500 kg de papel que serão doados ao INPA (Instituto Nacional de Preservação Ambiental) para reciclagem.



*assista ao video no espaço multimídia da Revista virtual em: [tp://imprensa.jfsp.gov.br](http://imprensa.jfsp.gov.br) ou pela internet no endereço: www.jfsp.gov.br no botão: *imprensa>videoteca virtual*.

Alienação antecipada de bens, uma opção para a Justiça brasileira

Ricardo Acedo Nabarro

Muitos dos bens apreendidos nas operações da Polícia Federal e guardados em galpões da Justiça Federal, por vezes anos a fio até que o processo chegue ao final (trânsito em julgado), acabam perdendo seu valor devido à depreciação ocasionada pelo tempo. Com a intensificação das operações da PF e a criação das varas especializadas em lavagem de dinheiro, o número de bens apreendidos não pára de crescer.

A degradação, a falta de espaço adequado para a conservação e a dificuldade no transporte desses materiais são apenas alguns dos desafios encarados pela administração federal. “É preciso catalogar, na presença de oficiais de justiça, um a um os objetos apreendidos. Não temos depósitos suficientes para comportar tantos bens, que acabam deteriorados. Também não podemos esquecer a cobrança da sociedade, que reclama por justiça e deseja que o condenado perca o objeto do crime”, diz a diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, juíza federal Renata Andrade Lotufo.

A alienação antecipada de bens, prevista na legislação brasileira (art.120 § 5º do CPP e incisos I e II do art.670 do CPC), pode ser uma boa alternativa para a solução do problema. Ela possibilita que os bens apreendidos, sujeitos à deterioração, sejam vendidos antes do processo chegar às instâncias superiores. O valor arrecadado, ou parte dele, deve ser depositado em conta judicial até o trânsito em julgado da ação. Apesar de não ser um procedimento tão comum na Justiça do país, já é uma realidade em algumas varas federais.

Caso Abadia

Um exemplo disso foi a realização do bazar e leilão no Jockey Club de São Paulo para a venda dos bens apreendidos na “Operação Farrapos”, na qual o traficante Juan Carlos Abadia foi condenado, em 1º Grau, a 30 anos de prisão. Por decisão do juiz federal Fausto Martin de Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, todos os bens do traficante foram colocados à venda e o valor arrecadado (R\$ 1,1 milhão) destinado, em parte, para entidades beneficentes e o restante aplicado em conta judicial.

“Nós constatamos que muitos bens que se encontram no depósito da Justiça Federal estão



Bazar e leilão judicial realizado no Jockey Club de São Paulo

deteriorados ou se estragando de maneira acentuada - que não compensa aguardar o trânsito em julgado para ao final dar uma destinação a esse bem, quer devolvendo ao acusado ou convertendo em pecúnia para a União”, afirma o juiz.

No bazar foram vendidos, em questão de horas, itens exóticos como 130 cuecas a R\$ 1 cada, bíblias (R\$ 7) e travesseiros (R\$ 20); no leilão, dedicado aos produtos de maior valor agregado, foram arrematados relógios sofisticados como um Breguet (R\$ 97 mil), televisores e uma caminhonete Rural Willys por R\$ 37 mil. Por serem usados, os produtos tiveram o valor até 70% inferior ao de mercado, o que levou mais de 5 mil pessoas ao Jockey para uma disputa acirrada.

Para Fausto Martin De Sanctis, o bazar e leilão do caso Abadia ocorreu graças à possibilidade da alienação antecipada de bens sujeitos à deterioração. Ele espera que o evento estimule outros juízes a adotarem a mesma iniciativa. “É um procedimento que está sendo recomendado por várias instâncias federais, como o Ministério da Justiça, por exemplo. Na 6ª Vara Criminal já adotamos a medida em vários processos utilizando o leilão eletrônico e tem sido um sucesso”.

Na opinião do magistrado, a alienação antecipada de bens preserva o interesse tanto do acusado quanto da Justiça. “Para o acusado, pois este poderá receber o valor correspondente ao bem caso a decisão seja reformada e ele absolvido; e para a Justiça, uma vez que se livra de bens que estão ocupando espaço e se deteriorando”. Acesse a página da internet da Justiça Federal de São Paulo (www.jfsp.gov.br em *imprensa/videoteca virtual*) e assista ao vídeo gravado em 9/4/2008 sobre o caso.

Logística na Justiça Federal

Elizabeth Branco Pedro

A Seção de Transporte – SUTS, objetivando a melhoria contínua da prestação dos serviços da Justiça Federal de São Paulo, visualizou a necessidade de uma mudança estratégica em seus trabalhos. Com nova “logística de transporte”: planejar, controlar e organizar o fluxo do transporte de equipamentos e materiais da Capital até os fóruns do interior, garantindo o prazo e a proteção dos mesmos, aliado à otimização dos custos.

A compra de bens da Justiça Federal de São Paulo é centralizada na Capital. A distribuição, determinada pelas necessidades de cada fórum, priorizava os atendimentos de acordo com a urgência do pedido, respeitando o intervalo bimestral. A qualidade das estradas comprometia seguir o cronograma de trajeto estipulado pela Seção. Os fóruns mais distantes precisavam receber a entrega de materiais com maior frequência e nem sempre uma entrega aleatória a uma cidade vizinha era possível.

Um novo projeto reavaliou os trajetos, calculando o tempo utilizado nas rodovias estaduais, estradas municipais, vias vicinais, desvios e contornos obrigatórios até a chegada em cada fórum, estudando cuidadosamente as particularidades de cada cidade, caminhos para ida e caminhos para volta, não sendo sempre os mesmos. Esse estudo revelou que o tráfego por estradas principais diminuía o tempo dispendido nas entregas.

A análise de todos os dados gerou uma planilha com as novas rotas para a entrega dos materiais solicitados. Foram criadas 8 rotas, 4 curtas, para os fóruns mais próximos, e 4 longas, abrangendo os mais distantes.

Um cronograma anual foi criado estipulando as datas em que os caminhões da área de transporte passam pelos fóruns do interior. Os responsáveis pelo recebimento dos novos bens, envio de equipamentos para manutenção e entrega dos materiais de descarte para o Arquivo da Presidente Wilson, concluíram que a nova escala agilizou a movimentação entre as Subseções e a Seção de Transporte. A programação facilitou muito o fluxo de retirada e entrega de bens em todo o Estado. O intervalo

das visitas reduziu de 60 para 45 dias. A logística aperfeiçoou o transporte como ferramenta significativa para a integração de toda a Instituição. Confira o quadro.

Novos automóveis

O Plano de Ação 2005/2008, em sua última etapa, substituiu toda a frota de veículos das subseções do interior da Justiça Federal de São Paulo por carros novos. As aquisições, liberadas de acordo com a disponibilidade orçamentária, estão em fase de finalização.

Estudos precisos sobre as necessidades e uso em cada fórum deram um panorama sobre a escolha do tipo de veículo e a prioridade na distribuição. A padronização da frota era a opção ideal. O modelo escolhido, perua, foi em função do uso misto — para transporte de magistrados e servidores e para pequenas cargas. Para subseções com mais de duas varas, foi destinado também o modelo “van”.

Os juizados especiais federais, que não possuíam veículos, foram os primeiros beneficiados, por realizarem trabalhos itinerantes nas cidades de sua jurisdição. Em seguida foram priorizados os fóruns federais.

Os veículos substituídos, com 10 anos de uso ou mais, aguardam, no Arquivo Presidente Wilson, liberação para doação a outros órgãos públicos. Atualmente a Seção de Transporte presta serviços com 98 veículos: 80% dos fóruns contam com 2 veículos, 10% com 1 e, em função do tamanho da subseção, 10% com 4 veículos.

O projeto finalizará em 2008 a entrega de 9 veículos. Em 2005, foram distribuídas 9 unidades; em 2006, 12 unidades. E, em dezembro de 2007, foram recebidas 12 unidades, as quais foram entregues no início de 2008. Todos os veículos são liberados após a aquisição do seguro.

Com o Plano de Ação concretizado, a “logística de transporte” ganha funcionalidade e agilidade, uma vez que a frota da Capital deixa de ser utilizada para substituir os veículos em manutenção dos fóruns do Interior, voltando o uso para a finalidade a que se destina.



2008 - ESCALA ANUAL DE VIAGENS AOS FÓRUMS DO INTERIOR

Rota	Cidades	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1 branco	Guaratinguetá Taubaté, S.J. Campos		28 29	17 18		5 6	24 25		11 12	23 24	18 19		
2 verde	Caraguatatuba Moji das Cruzes	31/1 a1/2	17 18	8 9	26 27		18 19	25 26		5 6			
3 lilas	Jundiaí, Campinas JEF – Campinas		7 8	27 28	14 15	3 4	20 21		8 9	26 27			
4 amarelo	Santos Registro		14 15	2 3	19 20	7 8	26 27		14 15		2 3		
5 azul	Araraquara, São Carlos, Americana, Catanduva, S. J. Rio Preto, Jales		28 30	10 12	28 30	15 18	4 8	22 24		10 12			
6 vermelha	Jau, Bauri, Lins, Botucatu, Aracatuba Andradina Sorocaba		11 13	24 26	5 7	3 25	12 14	29/8 1/10		17 19			
7 preta	Marília, Avaré, Ourinhos, Assis, Pres. Prudente, Tupã		18 20	7 9	26 28	14 16	1 3	20 22		9 11			
8 Verde Claro	Piracicaba, Franca, Ribeirão Preto, S. J. da Boa Vista, Bragança Paulista		25 27	14 16	2 4	21 23	8 10	28 30		15 17			



Comunicação institucional - uma nova ferramenta para os órgãos públicos

Viviane Ponstinnicoff

Uma área de atuação recente, em constante expansão dentro das empresas privadas, agora ganha terreno também nos setores públicos. A comunicação institucional está sendo vista como uma ferramenta imprescindível de diálogo que se inicia com os funcionários de uma empresa e atinge o público externo de forma geral.

Nesse contexto, a Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo (JF/SP) tem realizado divulgações de diversas campanhas de saúde e filantropia; eventos voltados ao servidor, palestras, produção de material gráfico (cartazes, jornal interno, revista) e mídias eletrônicas (Internet, Intranet, vídeos, banners, etc), além de esclarecimentos voltados para o público externo e assessoria de imprensa.

A comunicação institucional colabora na construção de uma imagem e uma identidade corporativa, enfatizando a missão, a visão, os valores e objetivos de uma organização, além de sintetizar tudo o que a Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo está realizando.

Breve histórico da comunicação institucional no Brasil

Com a política de desenvolvimento nacional e de industrialização do Brasil, na década de 1950, muitas empresas multinacionais se instalaram no país e trouxeram experiências nesta área já vivenciadas em suas matrizes.

Desde então, houve uma evolução muito grande na qualidade tanto nos estudos do meio acadêmico como no mercado profissional. Com a redemocratização do país, a partir de 1985, assumiu um papel muito mais relevante e hoje a comunicação institucional é uma realidade crescente, também, nos órgãos públicos.

Para a professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), dra. Margarida M. Krohling Kunsch, a comunicação institucional é fundamental em qualquer tipo de organização. “Tanto as empresas privadas quanto públicas necessitam estabelecer relações confiantes com seus públicos, e isto só é possível por meio de ações comunicativas e de relacionamentos decorrentes de um planejamento estratégico”.

Margarida explica, ainda, que, nos dias de hoje, os órgãos públicos são muito mais exigentes e a opinião pública muito mais vigilante. “Conseqüentemente, as organizações e instituições precisam zelar pela sua comunicação institucional e prestar constas à sociedade dos seus atos e comportamentos”.

Para a juíza federal Renata Andrade Lotufo, diretora do Foro da JF/SP, a população tem o direito de saber o que acontece na Justiça. “O cidadão de hoje não

tem uma atitude passiva, ele vai atrás de informações. Quem faz a justiça é todo mundo que está aqui; desde o guarda que está na portaria até o juiz. Esse atendimento é que faz a diferença, e quanto mais informação nós fornecemos, mais nos adiantamos a eventuais problemas”.

A comunicação institucional usa como instrumentos uma “convergência midiática”, ou seja, vários tipos de mídia trabalhando conjuntamente, por meios impressos, digitais e audiovisuais. A escolha das mídias mais eficazes para cada segmento de público depende de um planejamento prévio. Os principais instrumentos usados na comunicação institucional na JF/SP são a assessoria de imprensa, a editoração multimídia, a publicidade institucional, o marketing social e cultural e o jornalismo empresarial.

Instrumentos da Comunicação Institucional na JF/SP

O trabalho de assessoria de imprensa da JF/SP é de grande responsabilidade. Consiste em filtrar quais decisões judiciais são de interesse para a mídia, interpretá-las e, em seguida, produzir um texto jornalístico de divulgação para a imprensa - o *release*. Além dos textos, há o trabalho de campo. Quando há audiência que envolvam pessoas públicos e casos de repercussão nacional em alguns dos Fóruns Federais de São Paulo, a mídia prontamente se interessa pela produção de imagens (fotos e vídeos), declarações e entrevistas. Cabe ao profissional de comunicação da instituição ir pessoalmente ao Fórum e passar à imprensa as informações que o juiz autorize transmitir.

A editoração multimídia na JF vai na convergência da expansão das novas tecnologias. As páginas da Internet e Intranet são produzidas e atualizadas diariamente, além dos vídeos institucionais, que podem ser acessados por qualquer pessoa. “Os vídeos institucionais proporcionam uma maior integração de idéias, conhecimento e disseminação de informações da JF/SP. A Internet ganha, agora, aspecto de televisão e essas ferramentas audiovisuais tendem a crescer em todo o Poder Judiciário”, diz Hélio C. Martins Júnior, supervisor da Seção de Divulgação Social da JF/SP.

A publicidade institucional consiste na transmissão de informações importantes para a Administração, como comunicados internos, alertas sobre *e-mails* falsos, prevenção de doenças ou eventos internos, como feiras ou integrações.

O marketing social é a modalidade de ação institucional que tem como objetivo principal atenuar ou

eliminar as carências da sociedade relacionadas, entre outros, às questões de saúde pública, trabalho, educação e nutrição. Na JF/SP, com o intuito de chamar o servidor a participar de ações sociais, já foram realizadas campanhas de doação de alimentos, de agasalhos e, no momento, está em andamento a “Biblilazer” (leia mais detalhes na página 10).

O marketing cultural chama o público interno e externo para trabalhos de valor cultural/artístico. O Centro de Memória é o melhor exemplo. Em pleno processo de expansão, é um espaço que abriga documentos de valor histórico, fotografias, vídeos, enfim, tudo o que abriga a história da Justiça Federal no Brasil.

O jornalismo empresarial abrange um amplo leque de atividades desenvolvidas pela instituição, para a divulgação de suas realizações. O informativo semanal “Em Tempo” é um jornal de uma página que circula *on line* para todas as Subseções do Estado. Nele são relatadas as realizações da administração, que são de interesse de todos — algum serviço novo, como o sistema eletrônico de etiquetas para correspondência, por exemplo.

Para a consolidação de uma comunicação institucional eficiente, no entanto, não basta só o uso dessas ferramentas. É preciso que os servidores sintam-se parte da instituição.

Endomarketing

O cliente de uma instituição não é apenas quem compra ou utiliza seu produto ou serviço, mas também quem o vende. No caso da Justiça Federal, o cliente externo é, em síntese, o jurisdicionado, ou seja, aquele que recebe a prestação jurisdicional, além do público de uma maneira geral, que assiste, lê, ouve as diversas mídias noticiosas a respeito do órgão. Para que esses clientes externos tenham uma imagem idônea da instituição e sejam bem atendidos, é necessário que os clientes internos (os funcionários) entendam o trabalho e sintam-se satisfeitos.

É aí que entra o *endomarketing*, ou *marketing interno*, que pode ser definido como qualquer ação voltada para a satisfação e aliança do público interno com a empresa, com o intuito de melhor atender aos clientes externos. A intenção é buscar o fortalecimento e construção de relacionamentos, compartilhando objetivos, inserindo a noção de que todos são clientes de todos também dentro da empresa.

As campanhas e ações voltadas aos servidores feitas pela JF/SP são exemplos constantes para promover o bem-estar dos funcionários, ou seja, de *endomarketing*. Além do marketing interno, a comunicação institucional engloba ações voltadas ao público externo. Palestras, encontros,

reuniões e eventos em geral são produzidos como uma forma de incentivo à comunicação institucional.

No último mês de março, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) promoveu um evento voltado para juízes e profissionais da comunicação. “Juiz e repórter: falando a mesma língua” foi o 1º Seminário Judiciário-mídia da Justiça Federal da 3ª Região. Na ocasião, foram exibidos vídeos que tratavam da importância da linguagem aberta entre o Poder judiciário e a imprensa, além de palestras de jornalistas voltadas aos magistrados e integração entre ambos com questionamentos e considerações.

Em 18/4 foi inaugurado o canal digital aberto da TV Justiça no TRF3. O evento teve a presença da ministra do STF Ellen Gracie, que afirmou que a iniciativa de colocar a transmissão da TV Justiça em canal aberto favorece um maior conhecimento por parte do cidadão dos caminhos que percorre a Justiça, um dos preceitos da comunicação institucional.

“A partir do momento que mostramos um trabalho sério e moderno, as pessoas vão mudando a opinião sobre o funcionalismo público. Trabalhamos com critérios objetivos e procuramos divulgar a seriedade da nossa justiça. Isso demonstra que seguimos o princípio da impessoalidade e, sobretudo, da transparência, tão almejada nos setores públicos”, completa Renata Lotufo.



Nesta edição, os magistrados federais Otávio Henrique Martins Port/Andradina, Cláudio Roberto Canata/Botucatu e Marília Rechi Gomes de Aguiar/Jundiaí, mostram como administram os Juizados Especiais Federais nas diferentes subseções do interior do Estado de São Paulo, respeitando as especificidades de cada região.

Desafios e prioridades na administração de Subseção exclusiva de JEF no interior



JUNDIAÍ

Marília Rechi Gomes de Aguiar
Juíza Federal - 2ª Vara Gabinete

A Lei n. 10.259/2001 instituiu os Juizados Especiais Federais. De forma simplificada, pode-se dizer que esta lei veio como resposta à ampliação significativa de demandas por direitos ocorrida, em grande parte, com a passagem para o chamado Estado neoliberal, a partir dos anos 80.

E o Juizado tem se mostrado o meio capaz de se atingir acesso ao Judiciário da forma mais irrestrita possível, prescindindo da constituição de advogado para a causa, de recolhimento de custas e despesas judiciais, instalando-se nos mais remotos confins e atendendo o jurisdicionado fora dos limites espaciais dos foros, por meio dos juizados itinerantes.

Não por acaso, seguiu-se uma explosão de demanda sob sua jurisdição. E aqui estamos nós, nos debatendo entre a busca pela entrega jurisdicional da forma mais justa possível, a celeridade em nome da qual se visionou os juizados e o número significativamente alto de demandas.

Lidamos com um sistema totalmente informatizado, que apresenta suas limitações e peculiaridades, com ferramentas processuais só acessíveis — até aqui, ao menos — aos próprios juizados, como os bancos de dados previdenciários mantidos pelo Dataprev. A troca de idéias, de estudos, de soluções, de experiência, enfim, é primordial neste momento, sob pena de estarmos simplesmente enxugando gelo, nas palavras do Ministro Gilmar Mendes no 1º Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federal, FONAJEF, promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil, AJUFE, no ano de 2004.

O Provimento n.º 235/2004 do Conselho da Justiça Federal da Terceira Região implantou, em 22/06/2004, o Juizado Especial Federal Cível de Jundiaí, 28ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, com jurisdição sobre treze municípios da região. Desde a instalação, foram distribuídos aproximadamente 45.500 feitos. Permanecem em tramitação 19.000, aproximadamente. A média de distribuição mensal é de 652 feitos (considerando-se o ano

de 2007) e de julgamentos, de 676 (considerando-se o ano de 2008), para as duas Varas-Gabinetes que o compõem. Há problemas específicos das subseções exclusivas de JEF. Um dos diversos desafios é administrar um juizado com expressivo número de demandas sem um corpo administrativo. Aos servidores de secretaria cabe a lida administrativa, em prejuízo dos serviços forenses, problema comum nestas subseções.

Dentro desta especificidade, no âmbito das questões essencialmente judiciais, a par da premência do aumento de número de juizes e servidores, têm-se procurado soluções possíveis para o atendimento ao jurisdicionado, nas suas mais amplas pretensões. Fatia volumosa da demanda, as ações de incapacidade e benefício assistencial merecem atenção especial. O juizado de Jundiaí mantém quinze peritos médicos, em diversas especialidades, e sete assistentes sociais cadastrados e credenciados para a produção de prova técnica. Como este plantel vem se mostrando insuficiente à demanda, está-se em vias de credenciar mais profissionais, conforme Edital publicado em fevereiro do corrente ano.

Relacionamento harmonioso com os réus mais comuns nas ações, direcionado para a solução de processos, vem se mostrando um bom caminho na busca por acordos, na linha pregada da conciliação como forma melhor de pacificação social.

Enfim, a tentativa é reunir forças e idéias para entregar da melhor forma possível a prestação jurisdicional que, oriunda dos juizados, revela-se a mais próxima da realização do que se convencionou chamar justiça social.



BOTUCATU

Cláudio Roberto Canata
Juiz federal - 1ª Vara Gabinete

Como é sabido, os Juizados Especiais Federais atendem a um público diferenciado e especial: são idosos, viúvas, órfãos e portadores de deficiências, que comparecem todos os dias aos JEFs para apresentar suas demandas. É elevado o número de pessoas recebidas diariamente nas

audiências de instrução e conciliação, no Setor de Atendimento, nas perícias médicas. Dar tratamento condigno a todas essas pessoas é desafio que envolve também a parte administrativa.

Dotar os Juizados de setor administrativo próprio, similar ao dos fóruns onde funcionam varas comuns, seria o primeiro passo. Uma pequena equipe voltada exclusivamente para as tarefas administrativas da Subseção seria o ideal. Isso evitaria que servidores tivessem que se desdobrar entre tarefas ligadas à atividade-fim e aquelas outras, inúmeras, relacionadas com a parte administrativa do Juizado. Sacrificar a atividade-fim é temerário, dado o crescente volume de ações protocoladas nos Juizados, apontados recentemente entre aquelas instituições públicas que gozam de maior credibilidade no País.

É importante, ainda, que o Juizado possua um caixa para atender a pequenas despesas emergenciais, tudo com comprovação ulterior, é claro. Não é necessário que seja quantia mensal elevada, desde que atenda às situações de urgência, o que o sistema de suprimento de fundos, muitas vezes, não consegue. Não são poucos os casos em que é necessário comprar pequenos objetos de uso diário, de diminuto valor, para atender a uma situação emergencial do Juizado, e isto acaba por ser feito com recursos próprios do juiz ou de servidor.

Outro desafio é a conscientização do pessoal terceirizado (vigias, faxineiros, telefonistas) quanto à importância do trabalho que desempenham e do dever de executá-lo com qualidade e presteza. Infelizmente, é comum ocorrerem problemas relacionados aos terceirizados: atrasos e faltas injustificadas, desleixo profissional, falta de compromisso com a instituição, desavenças, descumprimento de ordens, são alguns dos problemas detectados. Em alguns casos, esses colaboradores da justiça trabalham desmotivados, mercê de atrasos no pagamento dos salários por parte da empresa contratada e descumprimento da lei trabalhista e de cláusulas estabelecidas em convenções e acordos coletivos. Atuar em repartição judiciária - ainda que na condição de empregado de terceirizada - exige postura ética, compatível com a própria dignidade do órgão, o que reclama treinamento específico desses profissionais.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.gov.br.



ANDRADINA

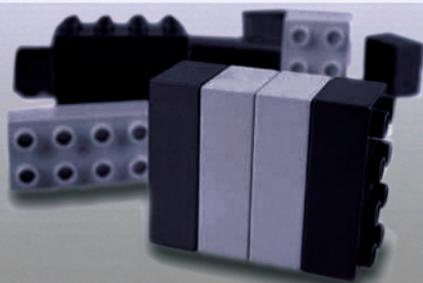
Otávio Henrique Martins Port

Juiz Federal - 1ª Vara Gabinete

“Eu realmente fui longe na carreira”. Quando cheguei em Andradina, em janeiro de 2006, vindo de São Paulo, promovido a Juiz Titular, foi o primeiro pensamento que me ocorreu. Andradina é uma cidade de pequeno porte, com economia baseada na agropecuária, praticamente isolada geograficamente no extremo oeste do Estado de São Paulo, a 640 Km da Capital. Após algum tempo, depois de conversar com os servidores dos Juizados, cheguei à conclusão que não era o único que pensava assim. A imensa maioria dos servidores reside em Araçatuba, a 110 km de distância, e cumpre uma jornada de duas horas e meia por dia na estrada, considerando a ida e a volta, apenas para trabalhar. Analisando a situação, logo percebi que meu principal desafio e, por consequência, minha prioridade, seria conseguir um método eficiente de manter os funcionários motivados na prestação de um bom serviço, mesmo sendo submetidos a essa rotina diária desgastante.

A melhor receita, sem dúvida, foi fazer um planejamento estratégico, estabelecendo metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo, e meios para atingi-las. Foi essencial, nesse caminho, identificar as habilidades pessoais e explorá-las da melhor forma possível. É claro que o fato de trabalharmos com funcionários que são, em sua grande maioria, altamente qualificados, como é o caso dos quadros da Justiça Federal, facilita esse trabalho.

Primeiramente, foi necessário conhecer os funcionários, a fim de, explorando suas habilidades naturais, incentivando o crescimento profissional e pessoal, definir as atribuições de cada um de forma clara. É essencial que todos saibam o que devem fazer para atingir essas metas. Só dessa forma pode-se identificar quais são os setores dos Juizados que merecem uma atenção especial, com eventual remanejamento de funcionários e avaliação do comprometimento de todos na busca dos resultados planejados. O mais importante é criar dentro de todos a convicção de que fazem parte de uma equipe e que trabalhar em equipe é essencial para que se consiga prestar um serviço de qualidade. Hoje, 2 anos e 3 meses depois, os resultados são visíveis: queda sensível no número de processos em tramitação, prestação jurisdicional célere, sem descuidar da segurança, pontualidade no cumprimento das obrigações pelos nossos principais “clientes”: INSS e CEF. Atingiram-se as metas, e novas foram estabelecidas. Estamos sempre em busca de melhorias. E quando se vê os resultados, a motivação vem naturalmente.



Renovado o prazer da leitura

Erica Costa

A Diretoria do Foro em conjunto com o Pró-Social teve a iniciativa de criar a Biblilazer – Biblioteca Circulante de Lazer – como uma proposta de incentivo à leitura e ao lazer dos magistrados e servidores da Justiça Federal de São Paulo. A formação do acervo está em andamento e será feita mediante campanhas de doação permanente.

Com um acervo composto por livros com temática cultural diversificada como literatura, artes, romance, música, comédia, filosofia, auto-ajuda, dentre outros, o programa busca facilitar não só o acesso, mas também a integração entre os leitores. Já foram doados autores consagrados como José de Alencar, Machado de Assis, Érico Veríssimo, e internacionais como Agatha Christie e George Lucas para o acervo que está crescendo a cada dia.

Doralice de Castro, supervisora da Biblioteca Central e uma das idealizadoras do projeto, esclarece que o objetivo da campanha é facilitar a leitura, mas também diversificá-la ao ponto de surgirem novos temas e assuntos em comum entre os leitores. Ela acredita que o programa aproximará ainda mais os funcionários, “uma motivação a mais que o prazer da leitura proporciona”, afirma.

A Biblioteca Central Pedro Lessa e a Biblioteca de Campinas farão o controle de empréstimo para os servidores lotados nestas cidades. Juízes, servidores e estagiários, todos poderão usufruir do projeto retirando obras da Biblilazer. Será permitida a retirada de uma obra de cada vez, pelo prazo de um mês podendo ser renovado, pelo mesmo período, caso não haja reserva anterior ou atraso na devolução. O empréstimo será feito pessoalmente nos Fóruns mediante assinatura de recibo.

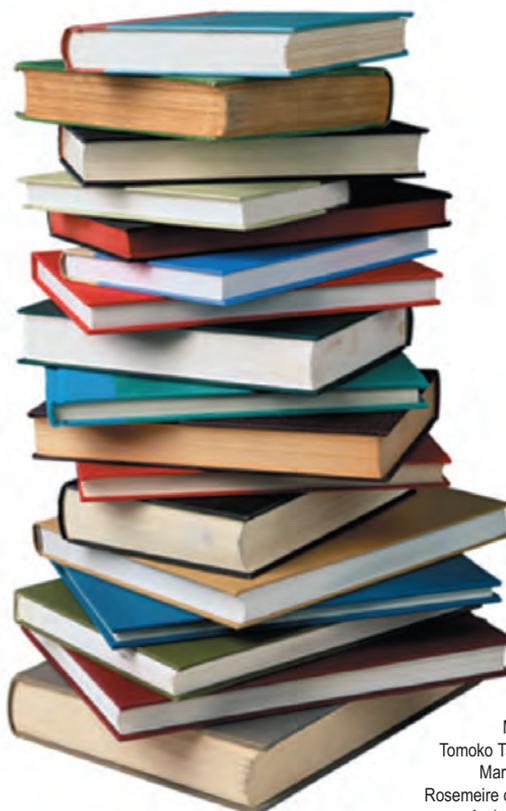
Para os demais fóruns do interior, serão feitas caixas-biblioteca formadas pela Biblioteca Central, que contarão com uma quantidade definida e variável de títulos para empréstimo e circulação entre os fóruns, de acordo com a disponibilidade. As caixas-Biblioteca e o empréstimo serão controlados pelos supervisores administrativos dos fóruns interessados em recebê-las, utilizando-se um formulário de controle. Cada caixa permanecerá durante seis meses no local, depois será substituída por outra

com novos títulos.

Com inauguração prevista para o mês de maio, é válido ressaltar que o projeto da Biblioteca Circulante de Lazer será cada vez mais forte quanto maior o número de livros doados, atualmente com cerca de 500 obras. Como o acervo está disponível no site da Justiça na Internet, os futuros leitores poderão realizar consultas virtuais em sua própria casa. Basta acessar www.jfsp.gov.br e clicar no link “Biblioteca”.



Supervisora da Biblioteca Central - Doralice de Castro e Biblioteca do Fórum Pedro Lessa



Para doar:

Os livros para a Biblioteca Central estão sendo arrecadados no próprio local. Na Biblioteca no Fórum de Campinas, eles estão sendo cadastrados e disponibilizados para leitura.

Colabore você também!

Incentive a leitura enviando seus livros para a Seção de Benefícios e Assistência Social, na Rua Líbero Badaró n.º 73 – anexo II – 4º andar São Paulo - SP.

A Diretoria do Foro agradece a todos que doaram seus livros para a Biblilazer: Maria Cristina Luca Barongeno, Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri, Angelica Resende, Carlos Alberto dos Reis, Celso Kenji Miyamoto, Cristiane Gomes Toledo, Doralice de Castro, Emília Tomoko Tsunechiro Kazama, Ivone de Araújo Monteiro, Luiz Guilherme Martins, Maria Aparecida Roseira Teixeira, Maria Mikie Muramoto Rosemeire de Fatima Ferreira Pinheiro Costa, Yolanda Waldowsky Ralha Andry Cândida da Silva e àqueles que fizeram doações anônimas.

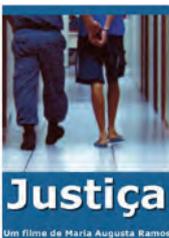


JUÍZO

Documentário – Brasil – 2007

Maria Augusta Ramos

Acompanhando a trajetória de menores infratores diante da lei, o documentário traça o instante da prisão e do julgamento de meninos e meninas por roubo, tráfico e homicídio. Juízes, promotores, defensores e familiares, todos personagens do filme, são pessoas reais filmadas durante audiências e visitas a um dos locais de reclusão dos menores infratores, o Instituto Padre Severino.



JUSTIÇA

Documentário – Brasil – 2004

Maria Augusta Ramos

Justiça retrata a realidade do sistema judiciário, em especial o cotidiano de um Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Durante vários dias, a cineasta Maria Augusta Ramos filmou alguns trâmites de processos criminais, acompanhou audiências de interrogatório e a vida de réus e magistrados. O documentário propõe desmistificar alguns estereótipos sobre o Poder Judiciário, por vezes tido como o principal culpado pelas mazelas da sociedade brasileira.



Direito processual constitucional
3ª edição / 2007 - Saraiva

Marcus Orione Gonçalves Correia

A obra traz uma reflexão cuidadosa a respeito dos aspectos processuais permanentes na Constituição Federal. Orione faz uma concisa introdução diante da relação existente entre processo e Constituição, examinando os princípios processuais constitucionais, o direito de ação e a defesa dos direitos coletivos.



Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e conseqüências -Ed. 2007-Renovar
Carla Abrantkoski Rister

A obra, fruto da tese de doutorado da autora, traz no prefácio o renomado professor Eros Grau, que a considera original pelo efetivo conhecimento produzido. A publicação, diz ele, é capaz de transmitir (no Direito) uma expressão de humanismo. Os direitos econômico e social da Constituição de 1988 devem ser entendidos como direitos subjetivos públicos e direito ao desenvolvimento, pois devem ter a realidade social, de forma a possibilitar uma verdadeira transformação da sociedade.

O QUE REALMENTE IMPORTA

Patrícia Sartori Cardozo

idealizadora e coordenadora

do Espaço Convivência, ADM/NUDE

Sabe aqueles dias em que estamos inertes, sem sal, sem tempero, ou como diz meu pai, “só no molho”? Pois é, estava passando por uma fase dessas com uma pitada de cansaço e resignação.

E quando se diz que para se melhorar é preciso piorar, pelo menos comigo funcionou... em 2005 Márcia, minha querida diretora do RH, lançou um concurso entre nós para que sugeríssemos meios de integração entre serviços e pessoas.

Parei, pensei, e chegando exausta à minha casa, sentei para conversar com meu marido e minha filhinha. Como sempre acreditei que nosso porto seguro, nosso local de reabastecimento e fortalecimento físico e emocional é próximo daqueles que amamos, foi a partir do contato com minha querida família que surgiu a idéia de propor um modo para que as pessoas se falassem, se conhecessem, convivessem... foi aí então que surgiu a idéia do Espaço Convivência.

E como ela veio de encontro ao que as pessoas (que votaram na proposta) estavam sentindo e necessitando, ganhamos o concurso, com direito a viagem e muito mais! E quando digo ganhamos, ganhei eu e todos os que participaram e participam da construção deste pedacinho de história!

Em 15/12/2006, foi inaugurado nosso ESPAÇO CONVIVÊNCIA, que desde sua idealização e sua implantação, até o momento, com todos os percalços e realizações já conta com o carinho e a doação de muitos talentos.

Nosso querido Espaço foi palco de mais de 25 eventos até hoje, entre palestras, apresentações musicais e artísticas. E, como coisa boa atrai somente coisa boa, cada vez mais, os talentos da Justiça e deste mundão afora despontam e ajudam a compor um laço de amizade e paixão pelo que fazemos voluntariamente.

Bom, o que realmente importa, não é o *status* ou coisa parecida, é sim o sentimento de poder fazer um pouco além, de pôr em prática idéias simples para melhorar a vida das pessoas, é ser um pouco malabarista e mágico nestes dias em que as pessoas levam tantas coisas sem importância a sério e em que o mundo só espera carinho e dedicação da nossa parte. Um forte abraço a todos!

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias. Encaminhe seu texto para jf-imprensa@jfsp.gov.br

REDUZIR REUTILIZAR RECICLAR

Use o material de consumo com responsabilidade. Antes de reciclar, reduza o consumo e reutilize.

Desligue o ar-condicionado alguns minutos antes de sair, apague as luzes e desligue os monitores.

Diariamente faça compras conscientes evitando o uso exagerado de embalagens e sacolas plásticas.

O planeta é nosso.



PAPEL

A maioria do lixo produzido pela Justiça Federal é papel. Ajude-nos no consumo consciente deste material seguindo estas dicas:

- leia na tela e faça a revisão antes da impressão.
- faça impressões frente e verso.
- reutilize o papel como folha de rascunho, antes de reciclá-lo.